

PROJETO BÁSICO

DO OBJETO

O objeto do presente Projeto Básico é a contratação de empresa especializada para os serviços de empresa especializada para elaboração de Projeto Executivo de Macrodrenagem do Canal do Rio Bituri, no município de Belo Jardim -PE., conforme as diretrizes e especificações constantes neste documento e em consonância com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

O objeto desta contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025.

DA JUSTIFICATIVA

O município de Belo Jardim, em especial as áreas que margeiam o Canal do Rio Bituri, com uma área de 8km que passam por dentro do município, possui um histórico de inundações e cheias recorrentes durante os períodos de maior precipitação pluviométrica. A urbanização acelerada, muitas vezes desordenada, e a impermeabilização do solo contribuíram para o aumento do escoamento superficial, sobrecarregando a capacidade atual do canal e resultando em alagamentos que afetam residências, comércios e vias públicas.

As inundações e o acúmulo de águas pluviais criam um ambiente propício para a proliferação de vetores de doenças de veiculação hídrica, como leptospirose, dengue, zika e chikungunya, representando um grave risco à saúde da população. Além disso, o carreamento de lixo e esgoto para o leito do rio durante as cheias agrava a poluição hídrica e degrada o ecossistema local.

Danos à Infraestrutura Urbana e ao Patrimônio: As cheias do Rio Bituri causam danos significativos à infraestrutura urbana, como a deterioração de pavimentos, a erosão de vias públicas e a danificação de redes de saneamento e energia elétrica. Além disso, os alagamentos provocam perdas materiais para os cidadãos, com danos a imóveis, móveis, veículos e estabelecimentos comerciais, gerando prejuízos econômicos e sociais.

A recorrência de inundações gera um clima de insegurança e instabilidade para a população e para as atividades econômicas localizadas nas áreas de risco. A interrupção de serviços, o fechamento de comércios e a dificuldade de locomoção durante as cheias causam transtornos e prejuízos. A longo prazo, a degradação ambiental e o risco de alagamentos contribuem para a desvalorização imobiliária das áreas afetadas.

A complexidade dos problemas de macrodrenagem do Rio Bituri exige uma abordagem técnica especializada e multidisciplinar. A elaboração de um Projeto Executivo por empresa com expertise na área é essencial para garantir a concepção de soluções de engenharia eficientes, seguras e sustentáveis. O projeto detalhará as intervenções necessárias, como a retificação e o revestimento do canal, a construção de estruturas de contenção e a integração com a microdrenagem, com base em estudos aprofundados de hidrologia, hidráulica, geotecnia e topografia.

A contratação deste projeto está alinhada com as políticas públicas de desenvolvimento urbano, saneamento básico e gestão de recursos hídricos. A macrodrenagem do Canal do Rio Bituri é uma obra estruturante que contribuirá para o desenvolvimento sustentável de Belo Jardim, promovendo a segurança hídrica, a resiliência urbana às mudanças climáticas e a melhoria da qualidade de vida da população, em conformidade com os objetivos do Plano Diretor Municipal e de programas de investimento em infraestrutura, como o PAC. Portanto, a Prefeitura Municipal de Belo Jardim, através da Secretária de Obras visa realizar contratação por meio de licitação para execução dos serviços de elaboração de Projeto Executivo de Macrodrenagem do Canal do Rio Bituri.

DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

DEFINIÇÕES

Definição da área: Rio Bituri, 8 km dentro do Município de Belo Jardim/PE

Contratada: empresa que for vencedora da licitação e terá contrato com a Prefeitura do Município de Belo Jardim para execução dos serviços, conforme o presente Projeto Básico.

Contratante: Prefeitura do Município de Belo Jardim, através da Secretária de Obras.

DESCRIÇÃO DO OBJETO

O objeto da presente contratação consiste na elaboração de Projeto Executivo de Macrodrenagem do Canal do Rio Bituri, em Belo Jardim-PE, que deverá contemplar todas as etapas e atividades necessárias para o detalhamento técnico das intervenções de forma a permitir a futura execução das obras. O projeto deverá ser completo, claro, preciso e compatível com as normas técnicas vigentes e a legislação aplicável.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações, bem como com os padrões de qualidade, resistência e segurança estabelecido nas normas aprovadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e, na sua falta, pelas normas usuais indicadas pela boa técnica. Quando existirem recomendações adicionais às normas referentes à execução dos serviços.

Nos preços propostos deverão estar inclusos as despesas com profissional especializado em período integral, emissão de ART, licenças, equipamentos, materiais e mão-de-obra necessária à execução dos serviços, ferramentas, transportes, encargos sociais, encargos fiscais, lucros e quaisquer outras despesas e taxas incidentes sobre os mesmos.

Será de responsabilidade da empresa executora a realização de ensaios e testes necessários à verificação da perfeita observância das especificações e resistências, dos serviços executados. A CONTRATADA deverá apresentar previamente a fiscalização da CONTRATANTE, o programa de ensaios de controle tecnológico, de acordo com as normas vigentes.

NÃO será permitida a participação de empresas atuando em consórcio, com estrutura de cooperativa e sem fins lucrativos.

DOS CRITÉRIOS MÍNIMOS DE ACEITABILIDADE

Na "situação atual", o Rio até o presente momento não possui caixa do leito bem definido. Dependendo da intensidade das chuvas, as águas extrapolam os seus contornos causando inundações de casas e levando doenças para a região. Após a execução da obra de canalização, de calçadas e vias pavimentadas em torno do canal não ocorrerão tais catástrofes, pois o leito do mesmo será bem definido pelo seu traçado e pela sua geometria. O projeto de canalização é calculado para absorver uma vazão de contribuição prevista para as piores condições: área com 100% de ocupação e totalmente impermeabilizada.

Desse modo, cabe a delimitação de critérios mínimos a serem atendidos para a realização dos projetos básicos e executivos e para a consequente execução de obra, de modo a definir um padrão de qualidade a ser almejado, tornando-o, então, exequível, respeitando critérios estabelecidos nas Normas Técnicas vigentes: NBR 6118 (projeto de estruturas); NBR 7187 (projeto de pontes); NBR 9062 (projeto e execução de estruturas pré-moldadas de concreto); NBR 12266 (dimensionamento de sistemas de macrodrenagem); NBR 15575 (desempenho de edificações).

Para tanto deverão ser observadas as definições com relação aos elementos abaixo listados:

A contratada deverá respeitar as características e definições da concepção do projeto elaborado no que se refere a execução dos elementos conforme o previsto.

Todos os serviços e projetos a serem executados deverão observar os critérios mínimos de aceitabilidade estabelecidos neste termo de referência, com base nas normas da ABNT e no Programa 2218 - Gestão de Riscos e Desastres - PPA 2020-2023 e boas práticas de engenharia. Tais critérios abrangem:

- a. Limpeza da vegetação e cercamento da área com tapumes ou telas galvanizadas;
- b. Execução da canalização do rio, em aduelas (abertas e/ou fechadas)/pedra, ou concreto moldado in loco;
- c. Pavimentação vias públicas

A CONTRATADA deverá prever em seu projeto todos os revestimentos de vias públicas, guias e sarjetas, removidos para execução do canal, os mesmos deverão ser executados conforme padrão existente no local e atenderem as legislações vigentes.

Os meios-fios devem ser em pré-moldado, com dimensões padronizadas, com juntas espaçadas de forma regular (mínimo 5 mm), seladas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. Já nas sarjetas a execução deve ser realizada em concreto moldado in loco, com Fck igual ou maior que 15 MPa, acabamento regular e inclinação mínima de 0,5% para facilitar o escoamento superficial das águas pluviais.

Durante o trajeto de implantação, deverá ser considerado haverá a construção de pontilhões ao longo do canal, reconstrução parcial de guias, sarjetas e pavimentação em paralelepípedo de pedra natural com espessura de 10 cm, assentados sobre camadas inferiores de sub-base (e = 15cm), base (e = 10 cm) e por fim, um colhão de areia (e = 10 cm), conforme necessidade. Já 2 pontilhões em que a pavimentação existente é constituída em asfalto, terão a recomposição de pavimento com o mesmo material.

A camada de rolamento de todos os pontilhões deverá ser executada em pavimentação asfáltica com capa de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) com espessura mínima de 4 a 5 cm. Pelo fato das lajes em concreto serem elementos estruturais, não possuem aderência direta natural com o revestimento asfáltico, sendo necessário adotar um tratamento adequado para garantir o desempenho do pavimento e evitar trincas reflexivas, infiltrações e deslocamentos. Dessa forma, deverá ser executado uma camada de regularização em concreto magro 5 cm, logo em seguida a imprimação asfáltica (RR-1C), posteriormente executar uma camada de ligação Binder de 3 a 5 cm e por fim, a camada de rolamento (CBUQ).

A estrutura de passeio deverá ser executada em concreto simples, moldado in loco, com juntas de dilatação e espessura de 6 cm.

Nos pontilhões será necessário executar estrutura de proteção (corrimão) em concreto armado no sentido da via e perpendicular ao fluxo das aduelas, de modo a ser projetada para suportarem a impactos de veículos. Deverão possuir altura mínima de 1,10 m do piso acabado.

Nos trechos em que houver a necessidade de corrimãos ao longo do canal, ou seja, em lugares abertos e de acesso ao público, o mesmo precisará ser executado em estrutura metálica, com perfis tubulares redondos galvanizado e bitola de no mínimo Ø2". Os perfis metálicos deverão ser pintados com 2 demãos de 30 micrometros cada de zarcão alquídico de secagem rápida. No acabamento 2 demãos de micrometros cada de acabamento alquídico.

Deverá ter altura mínima de 1,10 m a partir do piso acabado e, a ligação dos perfis, deverá ser feita por meio de soldas, afim de garantir maior eficiência no comportamento estrutural do perfil desejado. Já a fixação da placa de base, onde será soldado o tubo metálico, será

feita por meio de chumbadores químicos ou mecânicos, respeitando os critérios mínimos de cálculos.

d. Sistema de Drenagem

Toda a rede de drenagem pluvial que necessite ser remanejada, desviada, substituída ou implantada nova, durante a execução do canal e dos pontilhões, será projetada utilizando tubulação de PEAD corrugado, devido às suas vantagens técnicas, alta resistência a cargas de solo e tráfego, excelente resistência química (a agentes presentes no escoamento), durabilidade superior a 50 anos, fácil manuseio e transporte, com baixo risco de ruptura em comparação com tubos de concreto.

e. Urbanização

Para assegurar acessibilidade universal, serão projetadas calçadas no entorno de todos os trechos, com rampas acessíveis e pisos táteis. Os espaços serão interligados por pista de cooper e ciclofaixa (quando possível), garantindo mobilidade e integração entre as diferentes áreas.

Pista de Cooper: largura mínima de 3,00 metros;

Ciclofaixa: largura mínima de 2,50 metros;

Calçadas: largura mínima de 2 metros;

f. Paisagismo

As áreas verdes terão implantação de árvores, arbustos e vegetação rasteira, incluindo também matas ciliares, que serão implantadas as margens do canal, afim de proteger os cursos d'água. As espécies selecionadas favorecem o sombreamento, conforto térmico e biodiversidade. Entre as espécies sugeridas estão:

Árvores: Quaresmeira, Pata-de-vaca.

Forração (rasteiras): Grama Esmeralda ou Grama Santo Agostinho (Inglesa), Tomilho Rasteiro Roxo.

Arbustos: Clúsia, Lantana-camara.

Mata Ciliar:

- Árvores: Tamboril – Enterolobium contortisiliquum, Cajá – Spondias mombin, Ingá – Inga vera, Angico – Anadenanthera colubrine, Jurema-branca – Piptadenia stipulacea, Jurema-preta – Mimosa tenuiflora, Juazeiro – Ziziphus joazeiro, Craibeira (Ipê-amarelo) – Tabebuia aurea, Ipê-roxo – Handroanthus impetiginosus, Pau-ferro – Caesalpinia ferrea, Barriguda – Ceiba glaziovii.

- Arbustivas: Marmeleiro – Croton blanchetianus, Maniçoba – Manihot glaziovii, Catingueira – Poincianella pyramidalis, Camaratuba – Trema micrantha (espécie pioneira útil em recuperação ciliar), Mulungu – Erythrina velutina (boa para fauna e fixação de N),

- Rasteiras / herbáceas: Malva-branca – Sida cordifolia, Feijão-bravo-do-ceará – Capparis flexuosa (rasteira trepadeira), Capim-seda – Cyperus luzulae (típico de áreas úmidas), Capim-sapé – Imperata brasiliensis (ajuda no controle de erosão), Capim-barba-de-bode – Elyonurus muticus (resistente e usado em áreas de Caatinga).

Observação: A área restante deve ser distribuída entre passeio/calçada e área paisagística. Dar prioridade a espécies nativas e adaptadas à região de implantação do projeto.

g. Acessibilidade

Atender integralmente às normas ABNT NBR 9050 e ABNT NBR 16537, garantindo rampas, calçadas, acessos, sinalização, piso tátil e demais exigências aplicáveis a áreas

urbanizadas.

h. Conectividade:

Promover intervenções que integrem o ambiente por meio de pinturas no piso, com funções direcionais (caminhos), lúdicas (atividades recreativas) e artísticas (ex.: murais gráficos, desenhos geométricos, arte urbana).

DOS CRITÉRIOS MÍNIMOS DE ACEITABILIDADE DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVOS

a. Diretrizes gerais

Todos os Projetos deverão ser desenvolvidos de forma harmônica e consistente, observando a compatibilização entre os elementos dos diversos sistemas da obra, e atendendo às seguintes diretrizes:

- Os projetos a serem elaborados pela CONTRATADA serão baseados nas indicações dadas pela Secretaria de Obras, sem qualquer alteração permitida quanto aos padrões estéticos e funcionais;
- Os projetos a serem desenvolvidos, devem atender às leis, códigos, decretos, normas técnicas da ABNT e das concessionárias das redes públicas locais pertinentes, em condições plenas de funcionalidade, segurança estrutural, durabilidade, sustentabilidade e responsabilidade ambiental, segurança dos trabalhadores e da população.
- As soluções adotadas devem estar compatíveis com os parâmetros urbanísticos, ambientais e operacionais do município;
- As soluções de drenagem, tanto de microdrenagem como de macrodrenagem, devem assegurar o escoamento eficiente das águas pluviais, evitando alagamentos, erosões e danos às vias públicas e às edificações vizinhas;
- Deverão ser definidos materiais e métodos construtivos adequados aos objetivos da obra e às condições do local de implantação, adotando estratégias como o uso de materiais com certificação ambiental e de equipamentos com alta eficiência energética, o uso de descargas e outros dispositivos de baixo consumo de água, a redução do desperdício de materiais e a reciclagem de resíduos sólidos;
- Adotar soluções que ofereçam facilidade de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas correspondente a obra, e todos os materiais a serem especificados deverão ser de primeira qualidade;
- Adotar soluções técnicas que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação do empreendimento;
- A obra deverá ser planejada de forma a minimizar impactos no tráfego, na circulação de pedestres, nas atividades comerciais e no meio ambiente. Sempre que possível, os serviços serão executados por etapas, com planejamento logístico adequado para garantir o acesso e mobilidade local;
- As estruturas, especialmente as aduelas de concreto, deverão ser dimensionadas considerando as cargas permanentes, acidentais (tráfego, impacto de veículos) e as cargas hidráulicas, garantindo resistência, estabilidade e desempenho hidráulico;
- Cumprimento integral das normas de segurança do trabalho, especialmente as NR 18 (Condições e Meio Ambiente na Indústria da Construção) e NR 35 (Trabalho em Altura). Instalação de sinalização provisória e definitiva, dispositivos de

segurança, isolamento de áreas de risco e acesso controlado. Equipamentos de proteção coletiva (EPC) e individual (EPI) obrigatórios para todos os trabalhadores;

- Nos projetos não poderão ser especificados materiais que contenham asbesto (amianto) em sua composição;
- Os projetos devem prever a implantação de calçadas e pavimentação, complementação ou adequação das já existentes, bem como todos os elementos necessários à compatibilização e continuidade do tráfego de pedestres e veículos;
- Todo pavimento (asfáltico ou em paralelepípedo), calçadas, guias, sarjetas e demais elementos removidos ou danificados deverão ser reconstruídos com padrões iguais ou superiores aos existentes.

b. Projetos a serem desenvolvidos

Serão desenvolvidos pela CONTRATADA no mínimo os seguintes levantamentos, Projetos Básicos e Executivos:

- Levantamento Topográfico Detalhado;
- Investigação Geotécnica (Sondagem SPT conforme NBR 6484, elaboração de laudo com informações e características físicas e químicas);
- Levantamento Hidrológico e Hidráulico (Índices pluviométricos, microclima, histórico de alagamentos);
- Projeto Executivo de Microdrenagem e Macrodrenagem;
- Projeto de Terraplanagem;
- Projeto de Pavimentação;
- Projeto de Sinalização Viária e Segurança;
- Projeto Estrutural.

c. Levantamento topográfico detalhado

O levantamento topográfico detalhado visa fornecer informações precisas do terreno, suas características físicas e de todas as interferências existentes na área de implantação da obra, garantindo subsídio técnico para projetos de Macrodrenagem, Microdrenagem, Terraplanagem, Pavimentação, Obras civis e Estruturais, Saneamento.

O levantamento deve contemplar toda a faixa de implantação do canal, assim como, áreas adjacentes afetadas direta ou indiretamente (passeios, vias, imóveis, lindeiros, áreas de travessias) e zonas onde serão executados os pontilhões, suas conexões com ruas e avenidas.

O projeto de topografia deverá estar de acordo com as normas da ABNT e conter no mínimo:

- Planta topográfica georreferenciada em CAD (DWG e PDF);
- Plantas com curvas de nível e detalhes altimétricos, pontos cotados em detalhes (valas, taludes, depressões, morros), definição de declividades, pontos notáveis (identificação de divisas de propriedades, esquinas, esquadros de quadras e etc.);
- Planta de interferências contendo eixo e limite de vias públicas, meio-fio, sarjetas, calçadas, pavimentação, galerias pluviais, rede de esgoto, rede de água, rede elétrica (postes e iluminação pública), pontilhões, passagens existentes;
- Memorial descritivo contendo a metodologia, equipamentos, precisão e erros admissíveis;
- Relatório de fotográfico;

- Arquivos de nuvem de pontos;
- ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) assinada pelo responsável técnico.

d. Levantamento hidrológico e hidráulico (Índices pluviométricos, microclima, histórico de alagamentos).

- Levantamentos Climáticos:
- O sistema deverá atender às recomendações e especificações constantes das normas da ABNT e concessionárias locais;
- Índice pluviométrico histórico da região (dados de pelo menos 10 anos);
- Taxa de precipitação máxima (chuvas intensas);
- Análise do microclima local.

e. Projetos microdrenagem e macrodrenagem

O projeto deverá seguir as normas atualizadas da ABNT, ser compatível com o os levantamentos e estudos hidrológicos, conter, no mínimo:

- Projeto de Macrodrenagem deverá conter plantas gerais de drenagem com a geometria do canal principal, travessias, pontilhões, saídas, extravasores, sistema de proteção contra erosão, estrutura de dissipação de energia, principalmente no ponto final do canal. Apresentar plantas do canal principal, seções do canal e detalhes de transições;
- Projeto de Microdrenagem deverá contemplar plantas gerais, disposição e geometrias de sarjetas, meios-fios, bocais de captação, tubulações subterrâneas, poços de visitas, caixas de passagens, tubulações desviadas ou relocadas da rede existente. Planta com localização e detalhamento dos dispositivos citados acima, informar cotas de níveis dos dispositivos (cota de fundo e cota de topo), cotar todos os elementos, apresentar detalhes construtivos de cada um;
- Especificação de materiais e serviços abordados, impondo lhes qualidades (condições mínimas a serem satisfeitas) e modo de aplicação, de conformidade com as recomendações e instruções dos respectivos fabricantes e com as normas técnicas oficiais;
- Indicação dos elementos, componentes do sistema de dissipação de energia hidráulica (quando couber), para terminais de águas pluviais em terrenos areníticos sujeitos a fenômenos da erosão, ou quando as velocidades da água nesses pontos determinarem a necessidade de utilização desses elementos de dissipação;
- Todos os detalhes que interfiram com outros sistemas deverão ser elaborados em conjunto, de forma a estarem perfeitamente harmonizados entre si;
- Perfis longitudinais dos canais e redes de cada trecho de tubulação, galeria e canal, deverá conter cotas do terreno natural, cotas da geratriz superior e inferior da tubulação, inclinações (declividade) de cada trecho, e representação gráfica das profundidades das redes;
- Perfis transversais das vias públicas onde passam tubulações e dos canais, indicação dos níveis do terreno, do leito do canal, dos dispositivos de drenagem superficial (sarjetas, meios-fios, bocas de lobo) e detalhamento de proteções laterais, se necessário;
- Memoriais de cálculos hidrológicos e hidráulicos, contendo cálculo das vazões de projeto, índices pluviométricos, curvas IDF e áreas de contribuição.

Dimensionamento das seções, contemplando capacidade das tubulações, dimensionamento das aduelas, verificação de velocidade e dissipadores e amortecedores de energia;

- Planilha de dimensionamento;
- Levantamento com quantitativos de materiais;
- Memoriais descritivos e especificações técnicas do sistema, abordando os materiais utilizados (tubos PEAD corrugados, por exemplo), métodos construtivos, critérios de desempenho hidráulico, NBR's aplicadas, considerações sobre manutenção futura;
- ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) assinada pelo responsável técnico.

f. Projeto de terraplanagem

O projeto deverá seguir as normas atualizadas da ABNT, ser compatível com o levantamento topográfico e conter no mínimo:

- Projeto de Movimentação de Terra, demonstrando a movimentação necessária dentro e fora do canteiro de obras, nas áreas a serem anexadas se necessário, por etapas, inclusive com definição de taludes e contenções de terra (cortes e aterros), cálculos de volumes de cortes e aterros, desde as escavações para valas até o acabamento final;
- Implantação com indicação dos níveis originais e dos níveis propostos;
- Perfil longitudinal e seções transversais com indicação da situação original e da proposta e definição de taludes e contenção de terra;
- Detalhes das seções transversais;
- Todos os detalhes que interfiram com outros sistemas deverão ser elaborados em conjunto, de forma a estarem perfeitamente harmonizados entre si;
- Outras informações consideradas relevantes para a adequada execução dos serviços.
- Memória de cálculo com os critérios adotados para a elaboração do projeto;
- Memorial Descritivo;
- Relação de materiais (Volume de Corte e Aterro/Quadro Resumo Corte/Aterro); Caso necessário, a localização, caracterização e cálculo dos volumes de empréstimo e bota-fora, resumo de limpeza e deslocamento, resumo dos volumes escavados, distribuídos por categoria; distância média de transporte, DMT, do trecho; fator de contração dos materiais; localização dos depósitos de materiais excedentes e das áreas de empréstimos.
- Planilhas de serviço (notas de serviço), contendo todas as cotas e distâncias necessárias à execução do movimento de terra envolvido no projeto de terraplanagem.
- Caderno de Especificações técnicas necessárias para a execução dos serviços;
- Relação quantitativa de materiais e serviços.
- ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) assinada pelo responsável técnico.

g. Projeto de pavimentação

O projeto deverá seguir as normas atualizadas da ABNT, ser compatível com todos os projetos complementares e conter, no mínimo:

- Planta de locação do pavimento, de seções típicas de cada segmento,

- indicação das faixas de rolamento, calçadas, meios-fios, sarjetas e canteiros, detalhes construtivos das camadas de pavimentação, indicações das emendas de pavimentos e reconstruções necessárias nos 9 pontilhões, planta de pavimentação sobre aduelas e nas áreas adjacentes;
- Perfis longitudinais e transversais contendo indicações de cotas de projeto, perfis de greide (incluindo variações de altura sobre aduelas), declividade longitudinal e transversal;
- Detalhes construtivos dos encontros entre pavimentos existente e novo, detalhes de juntas (quando houver), esquemas para transições entre pavimentos diferentes (paralelepípedo – asfalto, por exemplo);
- Memoriais descritivos e de cálculo de dimensionamento estrutural, descrição dos serviços, especificação de materiais, critérios de aceitação e controle tecnológico.

h. Projeto de sinalização viária e segurança

O projeto deverá seguir as normas atualizadas da ABNT, ser compatível com o todos os projetos complementares e conter, no mínimo:

- Plantas técnicas, as quais deverão ser elaboradas em escala adequada, com todas as informações necessárias para implantação do projeto;
- Planta de sinalização horizontal, apresentando faixas de eixo (separação de fluxos); faixas de bordo, faixas de pedestres, faixas de retenção (caso necessário), faixas de canalização (caso necessário), pintura de lombadas, setas direcionais. (conforme a necessidade);
- Planta de sinalização vertical contendo localização exata e especificação de placas de regulamentação (ex.: velocidade, parada proibida), placas de advertência, placas de indicação e placas de obras durante a execução;
- Plantas de dispositivos de segurança e urbanização, contendo a localização exata que serão instalados corrimãos de proteção em concreto armado nos pontilhões e em estrutura metálica galvanizada e pintada nas laterais do canal.
- Planta de sinalização temporária em fase de obra, afim de garantir a segurança durante os trabalhos, deve ser incluindo: tapumes, barreiras móveis, desvios provisórios, placas de obra (atenção, homens trabalhando, desvio à direita/esquerda, etc.);
- Memorial descritivo completo contendo os critérios adotados, tipologia dos dispositivos de segurança, descrição de materiais e métodos de instalação, especificações dos tipos de tintas, películas refletivas;
- Memorial de cálculo com distâncias mínimas de visibilidade, altura das placas (livre e total), tamanho de fontes e símbolos, cálculo de espaçamentos entre elementos, especialmente sinalização de advertência e regulamentação;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável pelo projeto.

i. Projeto estrutural

O projeto deverá seguir as normas atualizadas da ABNT, ser compatível com o todos os projetos complementares e conter, no mínimo:

- Planta de locação estrutural com a localização exata das aduelas, eixos, pontilhões e demais elementos estruturais, com todas as cotas horizontais e verticais, indicação dos corrimãos;

- Planta estrutural das aduelas pré-moldadas e moldadas in loco, identificando a armadura necessária (bitolas, espaçamentos, comprimento de barras), indicação de dobras e sobreposições, armadura negativa, positiva e de cantos, bem como, tabelas informando a quantidade de matérias (aço, volume de concreto e fôrmas), cortes, vistas e detalhes 3D.
- Planta de corte informando e indicando as camadas necessárias para estabilidade das peças de concreto, o projeto deverá apresentar camadas de regularização, sub-base e base, camada de concreto magro e juntas de dilatações em argamassa de cimento e areia;
- Detalhes construtivos, cortes transversais e longitudinais das aduelas (cotar altura, largura, espessura das paredes e fundo, detalhe dos transpasses e juntas, reforços em pontos críticos), detalhes da base de assentamento informado camada de areia (se houver) e camada de regularização;
- Planta de corrimãos de concreto armado em 9 pontilhões, informando as dimensões, detalhes de armação, bases de fixação e critérios de resistência a impacto (definidos pela norma NBR 7187);
- Planta de corrimãos metálicos ao longo do canal, em trechos em que houver necessidade com base nos riscos envolvidos. O projeto deve conter especificações dos perfis (tubos galvanizados) e todos deverão ser cotados, descrever quanto ao tratamento anticorrosivo e pintura dos elementos, detalhes das bases de fixação (ligação entre infraestrutura e superestrutura), dimensões das placas de base e informações de chumbadores (químicos ou mecânicos), identificar os comprimentos de soldas e sua tipologia, apresentar tabelas com relação de quantitativo dos materiais, informando o peso dos elementos, comprimentos totais e superfície a ser pintada em metro quadrado;
- Memorial descritivo informando o plano executivo de cada processo que envolve os elementos estruturais. Informar quanto a sequência de montagem das peças pré-moldadas, processo de traslado e assentamento dos mesmos, critérios de dimensionamento e descrição dos materiais.
- Memorial de cálculo, deverá conter as diretrizes gerais, informando os critérios mínimos para elaboração e dimensionamento dos elementos. Informar as normas aplicáveis (NBR 6118, NBR 7187, NBR 9062, NBR 8681, NBR 15575, NBR 6120, NBR 8800, NBR 14762, entre outras que houver necessidade). Descrever as propriedades físicas e mecânicas dos materiais utilizados, resistência característica do concreto, tipo do aço, especificação dos tubos metálicos, classe de agressividade ambiental, relação água-cimento adotado, cobrimento nominal adotado. Apresentar cargas aplicadas (peso próprio, permanente e acidentais), demonstrar as verificações de estabilidade e resultados dos esforços de momentos fletores, cortantes e axiais. Deverá conter o dimensionamento de todos os elementos estruturais, cálculo das armaduras e verificação de deslocamentos e deformações admissíveis;
- ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do engenheiro responsável pelo projeto estrutural, devidamente registrado no CREA.

j. Projetos executivos

O projeto executivo tem como principal objetivo a continuação e detalhamento do projeto básico, não se admitindo, por isso, que o projeto executivo traga alterações significativas nos quantitativos dos serviços, estimados pelo projeto básico e das soluções técnicas e especificações nele adotadas.

O projeto deverá conter, de forma clara e precisa, todos os detalhes construtivos e indicações necessárias à perfeita interpretação dos elementos para a execução das obras.

k. Orçamento da obra

O orçamento deve contemplar todos os itens necessários para a perfeita execução da obra.

A elaboração do Orçamento Geral da Obra deve seguir as diretrizes estabelecidas no artigo 27 do Decreto Estadual Nº 54.884/2023.

Não serão aceitas estimativas de custo, custos globais ou verbas;

O orçamento da obra deverá conter no mínimo:

- Folha resumo;
- Planilha orçamentária de serviços de todos os projetos;
- Cronograma físico-financeiro,
- Composições de custo dos serviços não contemplados na tabela do SINAPI ou SICRO;
- Cotações de insumos e serviços que não estejam contempladas na tabela do SINAPI ou SICRO;
- Curva ABC do orçamento;
- Composição do BDI
- Memorial de Cálculo e Memorial Descritivo dos serviços e respectivas quantidades contempladas no orçamento;
- Eventograma da obra;
- Planejamento da Obra;

Deve ser apresentado um cronograma físico-financeiro para a execução da obra que contemple todas as atividades para a construção do objeto, nos formatos compatíveis ao Software MS Project (por exemplo: xml e mpp). Este material deverá ser objeto de discussão entre CONTRATANTE e CONTRATADA, norteados os tempos necessários para cada atividade, incluindo todas as atividades. O cronograma deverá contemplar os seguintes objetivos:

Acompanhamento físico: demonstrar a evolução física dos serviços no transcorrer do tempo, permitindo o acompanhamento sobre possíveis atrasos executivos com relação ao tempo inicialmente estimado;

Acompanhamento financeiro: Estimar os avanços físicos em termos de custos de materiais e serviços, servindo para estimar o desembolso mensal de capital do CONTRATANTE;

l. Da forma de apresentação dos documentos

A CONTRATANTE fornecerá os Modelos e Padrões a serem utilizados na apresentação da Documentação Técnica a ser produzida pela CONTRATADA.

Todos os documentos deverão ser produzidos com o uso de Programas de Informática e gravados em Meio Ótico.

Para a edição de textos a referência deverá ser o "Word 2010", ou versão superior, da Microsoft (para ambiente "Windows", da Microsoft). Independentemente do Sistema utilizado, deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos na extensão ".docx", além dos arquivos com a extensão em ".pdf".

Para a edição de planilhas a referência deverá ser o "Excel 2010", ou versão superior, da Microsoft (para ambiente "Windows", da Microsoft). Independentemente do Sistema

utilizado, deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos na extensão "xlsx", além dos arquivos com a extensão em "pdf".

Para apresentações multimídias a referência deverá ser o "Power Point 2010", da Microsoft, ou versão superior. Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos na extensão "pptx", além dos arquivos com a extensão em "pdf".

Para a produção de desenhos em CAD, o Programa Padrão deverá ser o "AutoCAD 2010" ou superior. Independentemente do Sistema utilizado para execução dos desenhos, deverão ser fornecidos, em todas as fases, os Arquivos Eletrônicos na versão "dwg". Estes documentos, também deverão ser encaminhados em mídia ótica nos formatos: padrão de origem e "pdf" para visualização e impressão. Para documentos produzidos em "dwg" deverão ser indicadas, em cada desenho, as configurações adotadas (penas, textos, etc). Todos os projetos entregues deverão ser impressos, no máximo, em tamanho A0, dobradas em formato A3, e todas as plantas deverão ser entregues acondicionadas em sacos plásticos e encadernadas ao volume.

Para a produção de Orçamentos de Obras e Serviços de Engenharia poderá ser usado qualquer programa de orçamentação de obras e serviços de engenharia, contudo deverão ser fornecidos todos os arquivos eletrônicos em planilha eletrônica padrão "Excel", inclusive das composições de custos, nos modelos fornecidos pela Secretaria de Obras. Todos os Documentos Técnicos a serem elaborados, tais como os Estudos, Memórias de Cálculo, Planilhas, Relatórios, Desenhos Gerais, Especificações Técnicas, etc., deverão ser submetidos à aprovação da Secretaria CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá encaminhar as plantas para análise e aprovação em 01 (uma) via impressa em plotter jato de tinta e dobradas para os desenhos. No caso da documentação em textos e planilhas no formato A4, devidamente impressos e encadernados, também em 01 (uma) via. Todos os documentos serão apresentados devidamente assinados pelos responsáveis e representantes da CONTRATADA.

A CONTRATADA é obrigada a obter, a Aprovação Formal / anuência dos projetos das Obras e Serviços de Engenharia perante as Organizações Competentes, em especial junto às Organizações Concessionárias de Serviços (Suprimento de Água, Eletricidade, Gás, Serviços de Esgotamento Sanitário, Corpo de Bombeiros e de Telecomunicações), Prefeituras e Órgãos ambientais. As taxas correspondentes a essas aprovações serão realizadas pela CONTRATADA. Caso os órgãos não aprovem os projetos, os mesmos deverão ser corrigidos, a expensas da CONTRATADA.

A CONTRATADA é obrigada ao pagamento das multas que sejam impostas pelas Autoridades, em razão do descumprimento de Leis, Regulamentos e Posturas referentes aos Serviços Contratados e à aprovação dos projetos das Obras e Serviços de Engenharia. Os documentos finais aprovados pela CONTRATANTE deverão ser entregues em 02 (duas) vias impressas, devidamente assinadas pelos responsáveis e representantes da CONTRATADA. Estes documentos, também deverão ser encaminhados em mídia ótica nos formatos estabelecidos neste Termo de Referência.

Será exigida a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CREA ou CAU do(s) Engenheiro(s) e/ou Arquiteto(s), responsável(eis) pela elaboração dos projetos e orçamento.

Pertencerão ao Governo do Estado de Pernambuco, sem qualquer ônus adicional, todos os Direitos Autorais Patrimoniais referentes aos projetos (e demais trabalhos realizados no âmbito do Contrato), incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, e por esse motivo a CONTRATADA deverá apresentar no momento da entrega do Produto Aprovado, o Termo de Autorização de Cessão assinado pelo responsável técnico, conforme modelo disponibilizado em anexo ao Termo de Referência (ANEXO 11).

Os profissionais que estiverem designados para elaborar os projetos (e demais trabalhos realizados no âmbito do Contrato) deverão autorizar a CONTRATANTE a fazer quaisquer modificações que se fizerem necessária, a seu exclusivo critério, nos projetos e demais trabalhos após sua entrega, independentemente de autorização específica de seus Autores, sendo que os profissionais que fizerem as alterações obrigam-se a recolher a Anotação de Responsabilidade Técnica e responder integralmente pelas modificações realizadas.

m. Observações gerais

Todos os projetos a serem elaborados pela Contratada deverão estar plenamente compatibilizados entre si.

O processo de compatibilização e revisão dos projetos deverá preceder a elaboração das planilhas orçamentárias, bem como dos memoriais descritivos e listagem de materiais, evitando assim retrabalhos e conflito entre as diversas disciplinas ou possíveis problemas ao longo da execução da obra.

Na compatibilização entre os projetos, bem como entre os projetos e o orçamento, deverão ser analisados e verificados as interferências entre si, para que, caso haja modificações e adaptações estas sejam resolvidas com a maior qualidade possível e de acordo com as melhores práticas. Para isto, deverão ser elaborados relatórios indicando todas as interferências encontradas entre os diversos sistemas e projetos, bem como as soluções adotadas para eliminá-las, e ainda quanto à compatibilização entre o orçamento e os projetos é importante que seja verificado se as especificações previstas na planilha orçamentária estão compatíveis em sua totalidade com as especificações constantes em projetos.

Caso haja necessidade de elaboração de projeto(s) que não se encontre(m) mencionados na relação acima, a CONTRATADA deverá, às próprias custas, elaborá-lo(s).

n. Critérios mínimos de aceitabilidade macrodrenagem

A adoção dos princípios de manejo sustentável é um pilar central para a aprovação de projetos no âmbito desta ação. Esta abordagem, fundamentada no conceito de desenvolvimento urbano de baixo impacto, visa promover soluções mais eficazes, resilientes e econômicas em comparação com a engenharia de drenagem convencional, que historicamente prioriza o rápido escoamento das águas.

O desenvolvimento de baixo impacto busca preservar o ciclo hidrológico natural, mesmo em áreas urbanizadas. Isso é alcançado por meio do controle do escoamento na fonte, ou seja, o mais próximo possível do local onde a chuva atinge o solo. Técnicas como infiltração, evapotranspiração e armazenamento temporário reduzem o volume e a velocidade do escoamento superficial. O resultado é uma hidrologia local mais próxima da condição de pré-desenvolvimento, o que se traduz em menor erosão, menor poluição das águas e, consequentemente, menores investimentos para mitigar os impactos a jusante. Nesse contexto, uma ação isolada, como a simples canalização de um córrego, é considerada insuficiente, pois pode apenas transferir e agravar os problemas de inundação para áreas a jusante. Esse tipo de solução cria um "círculo vicioso" de investimentos crescentes e paliativos, no qual a impermeabilização contínua da bacia exige obras de canalização cada vez maiores, sem resolver a causa fundamental do problema.

O Plano de Manejo de Águas Pluviais deve ser orientado por objetivos claros e princípios fundamentais que garantam uma abordagem integrada e sustentável.

Objetivos do Plano de Manejo	Princípios Fundamentais
<ul style="list-style-type: none">• Reduzir os prejuízos decorrentes das inundações.• Melhorar as condições de saúde da população e do meio ambiente urbano.• Planejar os mecanismos de gestão urbana para o manejo sustentável das águas pluviais.• Planejar a distribuição da água pluvial no tempo e no espaço, conforme a evolução da ocupação urbana.• Ordenar a ocupação de áreas de risco de inundação por meio de regulamentação.• Restituir parcialmente o ciclo hidrológico natural, mitigando os impactos da urbanização.	<ul style="list-style-type: none">• A abordagem deve ser interdisciplinar, integrando engenharia, urbanismo, geologia e outras áreas.• O Plano de Manejo deve ser integrado ao Plano Diretor Municipal e a outros planos setoriais.• O escoamento pluvial não pode ser ampliado pela ocupação urbana; novos empreendimentos devem manter a vazão natural.• A unidade de planejamento é a bacia hidrográfica, e as soluções não devem transferir impactos negativos.• O controle de inundações é um processo permanente, exigindo obras, regulamentação, fiscalização e participação comunitária.

A internalização desses princípios e objetivos é mandatória, e sua materialização ocorre por meio de um conjunto de diretrizes técnicas rigorosas que orientam a elaboração dos projetos de engenharia, garantindo que a filosofia do programa se traduza em soluções tecnicamente robustas. Os projetos devem atender a um conjunto de requisitos técnicos mínimos para assegurar sua qualidade e funcionalidade:

- **Modelagem Hidrodinâmica:** A exigência de dimensionamento baseado em modelos matemáticos hidrodinâmicos não é uma mera formalidade; é a garantia de que a solução proposta é tecnicamente robusta e dimensionada para os eventos críticos reais, evitando subdimensionamentos que levariam ao fracasso do projeto ou superdimensionamentos que representariam desperdício de recursos.
- **Linha Piezométrica:** A simulação hidráulica, para uma chuva de projeto com Tempo de Retorno (TR) de no mínimo 25 anos, deve demonstrar que a linha piezométrica não ultrapassará as cotas das tampas dos poços de visita localizados em vias públicas, evitando extravasamentos.
- **Periculosidade do Escoamento:** O projeto deve garantir que o nível de periculosidade do escoamento superficial em vias públicas seja de baixo risco para uma pessoa exposta ao alagamento, considerando a combinação entre a lâmina d'água e a velocidade do fluxo.
- **Quantificação de Benefícios:** É obrigatório quantificar os benefícios sociais da intervenção, especificando o número de famílias e edificações que deixarão de estar em área de risco. Essa quantificação deve ser suportada por mapas comparativos das manchas de inundação (antes e depois do projeto) para diferentes Tempos de Retorno (TR).

Adicionalmente, os projetos e sua execução devem seguir diretrizes gerais de compatibilidade e planejamento:

- A execução de obras lineares (como canais e galerias) deve ser programada para ocorrer de jusante para montante, respeitando o fluxo natural das águas e garantindo a funcionalidade de cada trecho concluído.
- As novas intervenções não podem agravar as condições dos sistemas de drenagem pré-existent nem transferir impactos negativos para jusante.
- O projeto deve ser compatível com a infraestrutura de drenagem já existente no município e estar alinhado com as diretrizes de Bacia Hidrográfica local.
- É obrigatório observar e incorporar os Princípios de Manejo Sustentável das Águas Pluviais Urbanas.
- Para garantir a qualidade dos estudos geotécnicos, o critério mínimo para a realização de sondagens em obras lineares, conforme a tabela abaixo.

Extensão das Obras Lineares (m)	Número Mínimo de Sondagens
0 a 300	3
301 a 500	6
501 a 3.000	10
3.001 a 5.000	12
5.001 a 7.000	14
> 7.000	1 a cada 500 m

As principais intervenções de drenagem apoiadas pelo programa (macrodrenagem e microdrenagem) priorizam soluções baseadas na natureza e no manejo sustentável. As modalidades permitidas incluem:

Soluções de Amortecimento e Retenção:

- Reservatório de amortecimento de cheias.
- Parque linear ribeirinho e parque isolado associado a reservatório.
- Recuperação de áreas úmidas (várzeas) e banhados construídos (wetlands).
- Bacias de contenção de sedimentos.
- Sistemas para aproveitamento de águas pluviais.

Soluções de Canalização e Controle:

- Canalização de córregos, permitida apenas quando associada a outras medidas sustentáveis de retenção e infiltração.
- Adequação de canais para retardamento do escoamento (ex: soleiras submersas, degraus).
- Desassoreamento de rios e córregos naturais.
- Obras de microdrenagem complementares, como valas de infiltração, galerias e bocas-de-lobo.
- Renaturalização de rios e córregos.

Soluções Complementares:

- Pavimentação, guias e sarjetas, quando de caráter complementar e limitadas à área de intervenção.

- Elaboração de projeto básico e/ou executivo.
- Reassentamento de famílias removidas de áreas de risco, incluindo a desapropriação e edificação de novas unidades habitacionais, se necessário.
- Trabalho Social para apoio à implantação das obras.

DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

Conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio em licitações pode ser restringida pela Administração, desde que tal restrição esteja devidamente fundamentada em justificativa técnica que considere as especificidades do objeto a ser contratado e a conveniência administrativa.

Desta forma, considerando as especificidades do objeto licitado, fica expressamente vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, por entender-se que as obras ou serviços a serem contratados não apresentam características que justifiquem tal modalidade de execução.

As obras e serviços objeto deste certame não se configuram como de grande vulto, nem de alta complexidade técnica, de modo que a execução plena e satisfatória pode ser realizada por uma única empresa, sem a necessidade de divisão de responsabilidades ou especializações adicionais.

Além disso, a estruturação do objeto requer unicidade na responsabilidade técnica, uma vez que a empresa contratada deverá responder integralmente pela qualidade, prazo e conformidade dos serviços, sendo inviável dividir ou diluir essas responsabilidades entre diferentes participantes.

Insta destacar ainda, que a participação de consórcios pode acarretar dificuldades administrativas, contratuais e operacionais, impactando negativamente a eficiência e a celeridade da execução do contrato.

Sob essa perspectiva, a vedação reduz riscos relacionados à falta de sincronia entre integrantes do consórcio, que poderiam comprometer a qualidade dos produtos e a consecução dos objetivos do contrato.

Dessa forma, a restrição imposta atende aos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da eficiência, economicidade e moralidade administrativa. Ao impedir a participação de consórcios, busca-se assegurar maior competitividade no certame, a simplificação da gestão contratual e a proteção dos recursos públicos contra riscos desnecessários. Assim, a medida proposta revela-se plenamente justificada e consonante com o interesse público.

DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVAS

É vedada a participação de profissionais organizados em cooperativas na presente licitação, tendo em vista que a natureza dos serviços a serem contratados exige a atuação de pessoa jurídica com estrutura técnica e operacional plenamente estabelecida, capaz de assegurar a responsabilidade integral pela execução das atividades previstas no escopo, bem como pela emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

A contratação de cooperativas pode gerar dificuldades na atribuição de responsabilidades individuais, o que poderia comprometer o cumprimento dos prazos, a qualidade técnica dos produtos e a segurança jurídica da administração pública.

Portanto, a vedação à participação de cooperativas visa resguardar a eficiência, a responsabilidade técnica e a qualidade dos serviços contratados, em conformidade com as exigências legais e as necessidades específicas do objeto licitado. Essa abordagem alinha-se aos princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica, garantindo a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos do art. 11

da Lei nº 14.133/2021.

EQUIPE TÉCNICA DA CONTRATADA

A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à FISCALIZAÇÃO, por meio de ofício ou correspondência escrita, o nome do responsável técnico designado para a coordenação dos serviços. Este profissional deverá comprovar experiência na execução de serviços similares, além de estar plenamente habilitado para o exercício de suas atribuições, conforme registro e regularidade junto à entidade de classe correspondente.

O profissional credenciado para dirigir os trabalhos por parte da CONTRATADA deverá dar assistência diária à obra.

Caso o responsável técnico ou qualquer membro da equipe técnica designada pela CONTRATADA não atenda aos requisitos exigidos para a condução adequada dos trabalhos, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a substituição imediata do profissional, sempre no interesse da qualidade e eficiência dos serviços. Tal solicitação não acarretará alterações no contrato, sendo responsabilidade da CONTRATADA providenciar a substituição sem prejuízo ao andamento das atividades.

Toda e qualquer substituição ou alteração na composição da equipe técnica deverá ser devidamente formalizada e registrada junto à FISCALIZAÇÃO, por meio de ofício ou carta, garantindo-se o pleno acompanhamento e a regularidade dos serviços contratados.

CONTROLE TECNOLÓGICO E GEOMÉTRICO

CONTROLE TECNOLÓGICO

Todos os ensaios, testes e provas a que devam ser submetidos os materiais a serem empregados nos serviços, serão realizados pela CONTRATADA, às suas expensas, acompanhados pela CONTRATANTE, que aprovará ou não os resultados.

Serão obedecidas as normas brasileiras e, na falta dessas, e a critério da CONTRATANTE, serão adotadas outras normas.

A CONTRATADA utilizará o laboratório idôneo para realizar todos os ensaios e testes necessários ao controle tecnológico.

Os encargos e a operação do laboratório serão por conta da CONTRATADA.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Caberá à CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, a execução de todos os serviços topográficos auxiliares para locação, marcação e controle geométrico de todos os serviços.

DO VALOR GLOBAL

O custo total previsto para os serviços objeto deste Projeto Básico está orçado em R\$ 865.000,00 (OITOCENTOS E SETENTA E CINCO MIL REAIS).

No valor estimado estão inclusos equipamentos, material, mão de obra e todos os tributos e taxas incidentes, direta ou indiretamente, sobre o objeto da licitação, na forma e nas condições estipuladas pela legislação em vigor na data de celebração do mesmo.

DOS PRAZOS

O prazo de execução previsto são de 08 (oito) meses, prazo este contado a partir da assinatura da Ordem de Serviço, de acordo com o cronograma físico-financeiro.

A presente contratação será um serviço não contínuo, e o prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do Art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021. A ordem de serviço será encaminhada via e-mail, por portador devidamente autorizado (com protocolo) ou por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos com A.R. (Aviso de Recebimento).

A CONTRATADA deverá seguir o cronograma apresentado em sua proposta para a obra, devendo comunicar à fiscalização, com antecedência de pelo menos 7 (sete) dias, qualquer alteração necessária, apresentando justificativas e novos prazos, mantendo necessariamente o prazo de conclusão estimado.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado no item 5.2 deste tópico, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste Projeto Básico.

DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

Todos os serviços objeto destes Projeto Básico deverão ser medidos através de Boletins de Medição, composto de Planilha de medição, Memória de cálculo, Relatório fotográfico, devidamente aprovado e vistados pela Fiscalização definida para o acompanhamento e controle destes trabalhos.

Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

No que concerne ao item de administração local serão realizados pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual.

A liquidação da despesa referente à primeira medição, somente será procedida mediante a apresentação pela contratada da seguinte documentação, através de cópia autenticada em cartório ou por servidor da Administração Pública Municipal:

- a) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT da execução do contrato perante o CREA / CAU; e
- b) Comprovante de matrícula da obra perante o INSS.

Por ocasião do pagamento a CONTRATADA deverá apresentar:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

O pagamento será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo planilha de medição, Memória de cálculo, Relatório fotográfico, devidamente aprovados e vistados pela Fiscalização e demais documentos exigidos em contrato.

A liquidação da despesa referente à última medição ou para a liberação da garantia de execução do contrato (caso haja), somente será procedida mediante a apresentação de cópia autenticada em cartório ou por servidor da Administração Pública Municipal do CND da obra perante o INSS.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada, para correção.

Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

O valor da contratação resultante deste certame é estimado, não implicando em previsão de crédito em favor da contratada, que apenas terá direito ao pagamento pelos serviços efetivamente prestados.

As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade exclusiva do licitante vencedor.

DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

Os serviços a serem contratados referem-se a obra, conforme disciplina o inciso XII, do Art. 6º da Lei Federal 14.133/2021.

A licitação será processada na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL.

O modo de disputa a ser utilizado é o ABERTO/ABERTO.

O objeto será executado por meio do regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que melhor se adequam ao objeto pretendido.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Nos termos do art. 117 da Lei nº. 14.133 de 2021, durante a vigência contrato, a execução do objeto será acompanhada pelos servidores:

GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI/PE

FISCAL: AUGUSTO LINS E SILVA FILHO

A fiscalização e gestão de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, não implica co-responsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

As responsabilidades dos Gestores e Fiscais do Contrato se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023 e no Decreto nº 075/2023, de 29 de setembro de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados, cujas atribuições transcrevem-se abaixo:

Agentes Atribuições

Fiscais de Contratos DA FISCALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

Art. 16. Das atribuições inerentes aos Fiscais de Contratos, designados pelas autoridades competentes:

I - Ler minuciosamente o contrato, conhecer o objeto e todos os serviços descritos no Projeto Básico/Termo de Referência e seus apensos, bem como deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas a sua execução;

II - Juntar aos autos do processo, toda documentação relativa à fiscalização da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;

III - Verificar o cumprimento das cláusulas e condições pactuadas no instrumento contratual (prazo de entrega, obrigações, vigência, valor, quantidade, observância da descrição do material ou serviço, modo de execução etc.);

IV - Confirmar medições dos serviços, cronogramas e fornecimentos;

V - Se reportar ao preposto da empresa, evitando dar ordens aos profissionais da contratada;

VI - Conferir as Notas Fiscais entregues pelo contratado/fornecedor, observando se:

a) Esta possui validade;

b) Foi apresentada com tempo hábil para pagamento;

c) Está corretamente preenchida;

d) Os dados bancários estão informados, bem como se o valor cobrado (unitário e total), corresponde ao que foi fornecido ou ao serviço prestado.

- VII - Verificar se a nota fiscal foi emitida posteriormente ao empenho;
- VIII - Atentar-se para o fato de que todo serviço ou fornecimento de material originado de uma contratação deve ser executado somente a partir da assinatura do contrato, autorização de compra/fornecimento ou ordem de execução de serviços e o respectivo empenho;
- IX - Encaminhar por escrito ao gestor do contrato, questões relacionadas à:
- a) Prorrogação de contrato (cuja deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes);
 - b) Comunicação para abertura de nova licitação (antes que o estoque de bens termine);
 - c) Comunicação sobre quaisquer adversidades que forem detectados na prestação do serviço e que resulte em implicações no pagamento.
- X - Informar por escrito, à autoridade competente, as irregularidades encontradas em situações que se mostrem desconformes com o edital, com o contrato ou com a lei;
- XI - Exigir somente o que for previsto no contrato de modo que qualquer alteração relacionada à condição contratual deve ser submetida à Secretaria de Administração do Município, acompanhada das justificativas pertinentes;
- XII - Recusar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. Nesses casos, a ação do fiscal deverá observar o que está previsto no contrato e no procedimento licitatório, principalmente no tocante ao prazo esperado;
- XIII - Propor aplicação das sanções administrativas ou rescisão contratual à Contratada, em decorrência da inobservância ou desobediência das cláusulas contratuais, instruções e/ou ordens da Fiscalização;
- XIV - Constatar se é o contratado quem executa o contrato, bem como certificar-se de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais;
- XV - Reunir, após o cumprimento do contrato, os documentos pertinentes à obra/serviço e encaminhá-los ao órgão competente, a fim de que sejam arquivados para eventuais consultas;
- XVI - Solicitar auxílio em caso de dúvidas técnicas ou jurídicas;
- XVII - Realizar o recebimento provisório de obras e serviços, nos termos do art. 73, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento provisório, devendo constar:
- a) A entrega das obras e dos serviços para fins de transferência de posse para a Administração Pública;
 - b) As obrigações contratuais que serão mantidas até o advento do recebimento definitivo;
 - c) Detalhamento de forma que descreva, minuciosamente, o objeto recebido especialmente no caso de obras e serviços com maior complexidade;
 - d) O estabelecimento do prazo de 15 dias, a partir da comunicação do contratado.
- XVIII - Nas obras e serviços, o fiscal do contrato não atesta o recebimento definitivo nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93. O ato de atestar deve ser realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento definitivo, devendo constar:
- a) Conferência da verificação técnica feita pelo fiscal;
 - b) Regularidade administrativa contratada;
 - c) Adequação ou não do objeto aos termos contratuais;
 - d) Prazo de até 90 dias a partir do recebimento provisório.
- XIX - Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XX - Emitir mensalmente, nos termos do art. 23 desta Instrução Normativa, Formulário de Acompanhamento da Execução dos Serviços Contratados (Anexo I).
- Gestores de Contratos Art. 17. Das atribuições inerentes aos Gestores de Contratos,

designados pelas autoridades competente e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- I - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases;
 - II - Designar, mediante portaria, o fiscal do contrato e seu respectivo suplente;
 - III - Verificar junto aos fiscais de contratos se os prazos de entrega, especificações e quantidades contratadas, encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, bem como as prestações de serviços;
 - IV - Controlar a vigência do contrato;
 - V - Viabilizar as alterações contratuais necessárias (aditivos, apostilamentos e retificações) em tempo hábil;
 - VI - Iniciar, de forma ágil e eficiente, os procedimentos necessários para prorrogação ou realização de nova licitação, de forma que não ocorra interrupção dos serviços contratados ou materiais fornecidos;
 - VII - Adotar as medidas cabíveis para aplicação das sanções previstas;
 - VIII - Garantir aos fiscais de contrato plenas condições para o adequado exercício das suas funções de fiscalização, permitindo o acesso aos documentos, bens, materiais e serviços objeto do contrato, disponibilizar os bens e equipamentos necessários do exercício da fiscalização, se for o caso, incluindo veículos.
 - IX - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
 - X - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
 - XI - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
 - XII - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos;
 - XIII - Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
 - XIV - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;
 - XV - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- §1º O Gestor de contrato deve ser designado formalmente, mediante portaria específica, seguindo o mesmo trâmite estabelecido no art. 9 desta Instrução Normativa.
- §2º Não sendo designado formalmente um Gestor para o contrato, este será, automaticamente, o Secretário/Chefe de Gabinete do Prefeito/Procurador Geral/Presidente de Autarquia e Fundos, responsável por assinar as solicitações para a contratação. Os serviços objeto deste Projeto Básico serão acompanhados pela Secretaria de Obras, a qual trabalhará diretamente com a contratada.
- As correspondências entre Contratante/Contratada ou vice-versa, atinentes aos assuntos objeto deste Projeto Básico, deverão ser encaminhadas através da Secretaria de

Infraestrutura Urbana e Obras.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser levadas à instância superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

A atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e as consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o Município ou terceiros, e a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE.

A Contratada providenciará DIÁRIO DE OBRA/LIVRO DE OCORRÊNCIAS (livro de capa resistente) com páginas numeradas e rubricadas pela Fiscalização, onde serão anotadas todas as ocorrências, conclusão dos eventos, atividades em execução formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro. Ao final da execução dos serviços, o referido Diário será de propriedade da Administração do Contratante.

A Contratada se obriga a manter no escritório da obra, além do Diário de Obra, um conjunto de todas as plantas e especificações independentes das necessárias a execução, a fim de permitir uma perfeita fiscalização.

Tomar providências para o fiel cumprimento das cláusulas do contrato, obedecendo à legislação sobre a Contratação de Obras e Serviços de Engenharia e outros dispositivos legais específicos.

Providenciar o pagamento das Notas Fiscais apresentadas, desde que estejam em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro aprovado, e certificadas pela FISCALIZAÇÃO.

Colocar à disposição da CONTRATADA, em tempo hábil, as informações necessárias para execução dos serviços, de modo a possibilitar-lhe o cumprimento dos prazos avençados.

Orientar, supervisionar e controlar os trabalhos no sentido de proporcionar a plena adequação do objeto deste termo às suas finalidades.

Tomar providências para que os setores envolvidos mantenham o local de execução dos serviços adequado à sua execução.

Liberar a garantia, após o recebimento definitivo dos serviços.

Verificar, de modo sistemático, o cumprimento das disposições do contrato e das ordens complementares emanadas do CONTRATANTE, informando a esta, em tempo hábil, todas as ocorrências e providências tomadas.

Resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto no contrato se, nas suas Especificações de Serviço e em tudo mais que, de qualquer forma, relaciona direta ou indiretamente com o objeto, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Exigir da CONTRATADA a retirada imediata de qualquer de seus prepostos que embarquem a sua ação fiscalizadora, independentemente de justificativa.

Recusar materiais e serviços em desacordo com as especificações contidas no Projeto Básico.

Propor as medidas que couberem para a solução dos casos surgidos em decorrência de solução técnica na execução dos serviços.

Em caso de dúvida ou omissão fixar, o que julgar indicado, em rigorosa obediência às normas legais vigentes.

Definir, juntamente com a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, todo e qualquer material que gerar dúvida, quando não mencionadas nas presentes especificações ou nos desenhos.

Analisar e dar parecer aprovando ou não o faturamento das medições dos serviços executados para fim de pagamento para a CONTRATADA.

Efetuar o registro das ocorrências no Livro Diário de Ocorrências, mantido no local de

execução dos serviços pela CONTRATADA.

O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 117, da Lei nº 14133 de 2021.

As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais do Contrato se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente, as seguintes:

Cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que no prazo estabelecido, os serviços sejam inteiramente concluídos e acabados.

Manter durante toda a execução do projeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

Realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópia dos documentos de quitação.

Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato.

Assumir integrais providências, responsabilidades e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, pela cobertura de acidentes de trabalho aos seus empregados e prepostos, e, perdas e danos a terceiros e à CONTRATANTE, porventura resultantes de suas atividades.

Indicar representante aceito pela CONTRATANTE para representá-la na execução do Contrato.

Efetuar despesas com os serviços na forma em que estão descritos e especificados no Projeto Básico.

Dar integral cumprimento ao que foi acordado por meio de sua Proposta e nos termos do Edital, que passam a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição.

A CONTRATADA deverá fornecer todas as informações de interesse para execução das obras que a CONTRATANTE julgar necessário conhecer ou analisar.

Em todas as ocasiões em que for requisitada, a CONTRATADA, através de seu representante, deverá apresentar-se às convocações da CONTRATANTE em seus escritórios ou no local das obras, de modo que nenhuma operação possa ser retardada ou suspensa devido à sua ausência.

A CONTRATANTE terá, a qualquer tempo, livre acesso às obras e os locais onde o trabalho

estiver em andamento.

Procedimentos operacionais referentes às alterações técnicas no projeto e demais assuntos de interesse de ambas as partes deverão ser objeto de acordo entre as partes. Apresentar, no caso de interrupção ou atraso na realização dos serviços, justificativa, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, a fim de que sejam adotadas as devidas providências, sem impedimento das sanções previstas no Contrato e na lei regente da matéria.

Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do MUNICÍPIO, ou ainda a terceiros, durante a execução do CONTRATO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo MUNICÍPIO. Comunicar ao MUNICÍPIO qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a CONTRATANTE se obriga a:

Fornecer à CONTRATADA os elementos básicos, especificações e instruções complementares, suficientes e necessários à respectiva execução.

Encaminhar à CONTRATADA a ordem de serviços para a execução contratual.

Fiscalizar a execução dos serviços por um representante da CONTRATANTE, determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados, submetendo à autoridade competente o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

Efetuar o pagamento dos serviços nos prazos estabelecidos, mediante a apresentação dos documentos hábeis para prática de tal ato.

Caberá à CONTRATANTE emitir as Ordens de Serviço à CONTRATADA para execução das obras e serviços especializados indicados na licitação.

Solicitar a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico mediante a expedição de Ordens de serviços.

Aceitar, para fins de pagamento, os serviços bem executados e rejeitar os serviços que não estejam de acordo com o projeto, exigindo da CONTRATADA a substituição, reparo ou refazimento daquilo que for rejeitado.

Conferir e atestar a exatidão das faturas correspondentes às medições de serviços executados, encaminhando-as para pagamento.

Determinar o afastamento do pessoal da CONTRATADA, mobilizado para a execução dos serviços, em caso de conduta imprópria, a seu exclusivo critério.

A CONTRATANTE terá, também, as atribuições de:

Representar junto à CONTRATADA no trato dos assuntos pertinentes à execução das obras e serviços especializados, objeto do Contrato;

Analisar e aprovar a programação de atividades elaborada pela CONTRATADA;

Dirimir as dúvidas da CONTRATADA que porventura surjam durante a execução dos serviços, com relação a qualquer aspecto ligado ao objeto do Contrato;

Emitir decisão sobre todas as solicitações e esclarecimentos relacionados à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato. O CONTRATANTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Acompanhar a CONTRATADA na medição dos serviços executados e aceitos, determinando os serviços a serem inseridos nos Boletins de Medição e autorizando a CONTRATADA a apresentar as faturas correspondentes para pagamento.

Acompanhar e fiscalizar a execução deste termo e aplicar as medidas necessárias, inclusive as penalidades contratual e legalmente previstas, comunicando, por escrito, à

CONTRATADA as ocorrências que a seu critério exijam correção, sem prejuízo à possibilidade de determinar a paralisação de qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Solicitar o afastamento e a substituição de operadores ou ajudantes que apresentem desempenho ou comportamento insatisfatório.

Realizar, após o recebimento definitivo da obra, as inspeções para verificação da qualidade e apresentar os respectivos Relatórios de Qualidade, nos termos do art. 3º da Resolução TC n.º 182/2022;

Divulgar o contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

DO RECEBIMENTO/aceitação DOS SERVIÇOS

Os serviços serão recebidos conforme a seguir:

Provisoriamente: serão recebidos os serviços pelo CONTRATANTE, em até 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da comunicação por escrito da CONTRATADA, informando da conclusão. Para este recebimento será verificado o atendimento das especificações, quantidades, qualidade dos serviços, cumprimento dos prazos, preços e outros dados pertinentes e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para sua correção;

Definitivamente: após o recebimento provisório, será verificada a integridade e realizados testes de aceitação dos serviços, bem como, o cumprimento de todas as exigências contratuais. Em sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo, por técnico/gestor designado pelo CONTRATANTE, em até 90 (noventa) dias, contados do aceite provisório.

Durante o período de aceite provisório/definitivo, a CONTRATADA terá sob sua responsabilidade o perfeito funcionamento do objeto contratual, assumindo inteira responsabilidade civil, penal e administrativa, por quaisquer danos e/ou prejuízos materiais ou pessoais causados a Administração Pública ou a terceiros, bem como deverá reparar prontamente sob suas expensas qualquer falha construtiva ou de funcionamento verificada;

Na hipótese de os serviços apresentarem irregularidades não sanadas, não será dado o recebimento e será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente, para procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.

Enquanto a obra não for recebida definitivamente, os pagamentos e eventuais saldos ficarão suspensos.

Sendo finalizada a obra e recebida definitivamente, a administração poderá fornecer atestado de capacidade técnica à licitante executora da obra, porém o Contratado fica responsável pela obra, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. (Art. 140, §2º, da Lei nº 14.133/2021).

O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. Art. 119 da Lei nº 14.133/2021).

Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança, assim em razão dos materiais, como do solo. (Art. 618 da Lei nº 10.406/2002).

O proponente deverá apresentar garantia adicional caso a proposta seja inferior a 85%

do valor orçado pela Administração, nos termos do Art. 59, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

DAS PROPOSTAS DE PREÇO

As propostas terão validade de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no Edital, independentemente de declaração do licitante.

O preço unitário proposto para os serviços deverá abranger todas as despesas, sejam elas diretas ou indiretas, que incidam sobre sua execução. Esse valor representará a compensação integral para todas as operações necessárias, incluindo mão de obra, equipamentos, encargos e quaisquer itens adicionais indispensáveis à completa execução dos serviços. A Planilha Orçamentária dos Serviços deverá conter os itens descritos:

Apresentar cronograma físico-financeiro dentro do prazo fixado para a realização da obra/serviço, indicando os valores e prazos mensais e totais, em reais e percentuais, para cada item (conforme anexo);

Apresentar Planilha de Composição dos Encargos Sociais (mensalista e horista);

Apresentar Planilha de Composição de preços unitários;

Apresentar Planilha de composição da Bonificação e Despesas Indiretas (BDI), com a indicação percentual incidente sobre o custo dos serviços, o percentual de ISS deve ser compatível com o do município onde serão prestados os serviços;

No caso de divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão sempre os primeiros corrigindo-se os valores finais, primando-se pelo valor aritmeticamente correto, no caso o preço global.

Na hipótese de ocorrência de serviços idênticos com valores diversos na planilha da licitante, não apresentado sua justificativa técnica, será considerado aquele atribuído de menor valor.

A licitante deverá enviar a proposta de preço, incluso anexos e planilhas, em arquivos em PDF e Excel.

Os salários considerados nos cálculos da proposta, não poderão ser inferiores aos estabelecidos em convenção coletiva ou convenções trabalhistas e os encargos sociais, complementares e tributários, deverão estar de acordo com as alíquotas definidas na legislação vigente.

Informar os valores unitários com apenas 2 (duas) casas decimais após a vírgula e utilizar a ferramenta "ARRED" nas colunas de valor unitário com BDI e valor total conforme ANEXO F.

Não será exigida garantia de proposta.

Serão desclassificadas as propostas:

Permanecer com preços unitários, totais ou global maiores que os estimados pela Administração.

Apresentarem preços inexequíveis, conforme disposto no § 4º, do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021. Nesse contexto, no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujo valor esteja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

Por conseguinte, havendo indício de inexequibilidade da oferta, a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada. A empresa pode demonstrar por meio da apresentação de composição de custo unitário dos serviços que apresentaram altos descontos, demonstrando os custos dos insumos (materiais, equipamentos, mão de obra), produtividade, consumo de materiais, entre outras comprovações, justificando a viabilidade para ofertar tais descontos.

Apresentar os coeficientes de produtividade ou de material incompatíveis com a execução

do objeto do contrato, quando não comprovada motivação para tal divergência.

DO JULGAMENTO

O julgamento será realizado em conformidade com a Lei n.º 14.133/2021, art., 43, 46 e 45 e a Lei Complementar 123/06, alteradas pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e Decreto Federal 8.538/2015, alterado pelo Decreto 10.273/2020.

Será vencedora a empresa que ofertar o menor preço global.

Em relação à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

O disposto no item acima somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

A proposta de melhor oferta será julgada pela Unidade de Contratação, com base em análise da equipe técnica da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB, que comporá a Comissão no referido certame.

O Termo de Julgamento, com a respectiva classificação da proposta e habilitação, será encaminhado à Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras-SIURB para homologação e adjudicação.

O resultado do julgamento da Unidade de Contratação somente será considerado definitivo após a homologação pela instância superior.

Serão desclassificadas as propostas que:

Contiver vícios insanáveis;

Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;

Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Agente de Contratação;

Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade

por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto desta Concorrência Eletrônica.

Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 e art. 64 da Lei n. 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua executabilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;

Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

Levantamento de informações junto aos órgãos públicos competentes;

Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

Verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;

Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa; Estudos setoriais;

Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;

Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável;

Apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação.

Atendidas todas as exigências e especificações neste documento, a Unidade de Contratação, no julgamento das propostas, além de outras vantagens que a cargo da Prefeitura Municipal de Belo Jardim/PE possam ser ressaltadas, considerará vencedor aquele licitante que melhor atender as conveniências da própria ADMINISTRAÇÃO, apresentando o menor preço global, ressalvando o direito de decidir sobre o Edital, revogando-o ou anulando-o no todo ou em parte, sendo que, em nenhum caso, caberá aos licitantes direito algum, de sob quaisquer pretexto ou títulos, exigir da PREFEITURA, qualquer parcela de indenização.

DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

Os preços deverão ser cotados em reais e por preço global.

Existindo discrepância entre os valores unitários e totais, prevalecerão os unitários e, havendo discordância entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do edital ou que mantiverem preços unitário e global superiores aos constantes na Planilha Orçamentária.

Os preços remunerarão todas as despesas com a execução dos serviços, e devem compreender todos os custos com materiais, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas, constituindo-se, a qualquer título, a única e completa remuneração pela perfeita execução do Contrato.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- A) Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetos e Urbanistas do Brasil – CAU da região onde está situada a sua sede, relativa à licitante e ao seu responsável técnico.
- B) Comprovação técnico-operacional: comprovação de aptidão da licitante, pela execução de serviços compatíveis em características e prazos com o objeto da licitação, através de atestado(s) em nome da empresa, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando a aptidão da licitante para desempenho das seguintes atividades consideradas de elevada relevância técnica e valor significativo:

SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA
PROJETO DE SISTEMA DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS – GALERIA E/OU CANAL	UND	1,00
ESTUDO HIDROLÓGICO	UND	1,00
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DRENAGEM URBANA	UND	1,00
ELABORAÇÃO DO PROJETO ESTRUTURAL PARA OBRAS CIVIS – GALERIA E/OU CANAL	UND	1,00
ELABORAÇÃO DO PROJETO DE TERRAPLENAGEM	UND	1,00
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	UND	1,00
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	UND	1,00
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CONTENÇÃO	UND	1,00
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO	UND	1,00
ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DA OBRA	UND	1,00

- b.1) Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante em seu próprio nome, nem nenhum outro que não tenha se originado de contratação.
- b.2) O(s) atestado(s) deverá (ão) conter, explicitamente, todos os dados necessários à comprovação das características e quantitativos dos serviços executados, além das datas de início e término das obras.
- b.3) As exigências relativas à qualificação técnica foram interpretadas em consonância com o disposto no art. 37, XXI da Carta Magna, juntamente com os demais dispositivos infraconstitucionais, de modo a possibilitar a ampla participação de competidores interessados em contratar com a Administração, assegurar a economicidade da contratação e garantir, sempre que possível, o tratamento isonômico.
- C) Comprovação técnico-profissional: comprovação da licitante possuir em seu quadro (empregados, sócios ou diretores), na data prevista para a entrega da proposta, profissional habilitado detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT por execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, devendo o(s) atestado(s) ser(em) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade de classe competente. Na(s) certidões(s) deverá(ão) estar contemplado(s) o(s) seguinte(s) serviço(s) de maior relevância técnica e financeira significativo, como descritos abaixo:

SERVIÇOS
PROJETO DE SISTEMA DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS – GALERIA E/OU CANAL
ESTUDO HIDROLÓGICO
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DRENAGEM URBANA
ELABORAÇÃO DO PROJETO ESTRUTURAL PARA OBRAS CIVIS – GALERIA E/OU CANAL
ELABORAÇÃO DO PROJETO DE TERRAPLENAGEM
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CONTENÇÃO
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO
ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DA OBRA

c.1) A comprovação da aptidão será feita por Certidão de Acervo Técnico - CAT expedida pelo CREA / CAU e por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente registrados na respectiva entidade de classe.

c.2) O profissional que não estiver elencado no hall de responsáveis técnicos da Certidão de Registro da pessoa jurídica, e apresentar comprovação técnico profissional para atendimento ao item c.1), deverá anexar a devida Certidão de Registro na entidade de classe competente, para garantia do atendimento do item a).

c.3) A vinculação será caracterizada através da apresentação de cópia autenticada da carteira de trabalho, no caso de empregado, ou do contrato social, no caso de sócio, ou ainda, contrato de prestação de serviços, celebrados de acordo com a legislação civil comum e, caso dito contrato ainda não tenha sido firmado, por meio de compromisso formal de futura contratação do profissional indicado.

c.4) A execução da obra deverá ser conduzida, obrigatoriamente, sob responsabilidade técnica dos profissionais cujos atestados forem apresentados pela licitante para comprovação da capacidade técnico-profissional em atendimento ao item c.1);

c.5) Somente será admitida a substituição de profissional detentor de atestado apresentado na fase de habilitação por outro com experiência equivalente ou superior. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá a indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico, e acompanhada da baixa da ART / RRT do profissional que está sendo substituído. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela CONTRATANTE;

c.6) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas, não cabendo qualquer alegação ou recurso.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante;

A certidão descrita no item 18.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de

Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

Apresentar capital mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a presente contratação.

Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$SG = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último ano exercícios sociais, exigível e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento).

O balanço e demonstração deve conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura desta concorrência, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil da licitante.

Da garantia de execução contratual

Nos termos do art. 96, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, a CONTRATADA, para execução dos serviços objeto desta licitação, prestará no ato da assinatura do contrato, em favor da CONTRATANTE, garantia fixada em 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme artigo 98 da Lei nº 14.133/2021, podendo a CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, do diploma legal citado:

I - caução em dinheiro;

II - títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

III - seguro-garantia;

IV - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. A CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da assinatura do presente instrumento, deverá comprovar que prestou garantia de execução contratual no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;

V - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

A CONTRATADA, caso opte por apresentar garantia em caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou fiança bancária, deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da

assinatura do presente instrumento, comprovar que prestou garantia de execução contratual no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

Caso adotada a modalidade de seguro-garantia, a validade mínima da garantia deverá cobrir 90 (noventa) dias além do prazo pactuado para a execução deste contrato. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste contrato, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Caso adotada modalidade distinta do seguro-garantia, a validade mínima da garantia deverá cobrir 30 (trinta) dias além do prazo pactuado para a execução deste contrato.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das

demais obrigações nele previstas;

II - multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA;

III - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não

adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não configurando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Extinguir-se-á a garantia, com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato. Na hipótese de garantia prestada em dinheiro, sua restituição será atualizada monetariamente.

No caso de utilização da garantia, a CONTRATADA providenciará o seu reforço no montante utilizado, no prazo de 30 (trinta) dias. Da mesma forma, na hipótese de adoção da modalidade de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá atualizar o prazo da garantia, em caso de prorrogação do contrato, até 90 (noventa) dias após o final do seu prazo de vigência.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente neste Projeto Básico.

A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no edital e neste Projeto Básico.

DA LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

Na execução do objeto contratado, deverá ser observado o que estabelece os documentos abaixo relacionados, assim como toda a legislação municipal, estadual e federal pertinentes, independente de citação:

Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);

A contratada deverá adotar todas as medidas de segurança, em consonância com a portaria Nº 3.214/1978 do Ministério de Trabalho, legislação e normas vigentes sobre segurança, medicina e higiene do trabalho;

Normas das concessionárias locais de serviço, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, entre outros;

Resoluções e regulamentações do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos renováveis);

Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato;

Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA / CONFEA / CAU.

A eventual omissão neste Projeto Básico, quanto à legislação e normas aplicáveis necessárias à plena e adequada execução dos estudos que possibilitará o objetivo deste trabalho, ou eventuais alterações e atualizações que surgirem após a emissão deste documento, não desobriga a Contratada de considerá-las.

Em caso de dúvidas quanto à definição de algum termo técnico, deverá ser usada a definição legal ou especificada em normas técnicas.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024, publicado no Diário Oficial de Caruaru em 30/07/2024.

Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REAJUSTE

Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 124, inciso II, alínea "d", e do artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, e, caso aprovada, deverá ser formalizada por meio de aditamento ao contrato.

A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulada durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

O CONTRATANTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo da

solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, para decidir sobre o pedido, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

O contrato somente será reajustado após 12 (doze) meses da data base do orçamento de referência, de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, nos termos da Lei 14.133/2021, da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

Na hipótese de eventuais atrasos de responsabilidade da CONTRATADA, não incidirá reajuste sobre o período correspondente.

Enquanto não divulgado o índice correspondente do mês de aniversário da proposta, o reajuste será calculado de acordo com o último índice conhecido, cabendo a correção de cálculo quando publicado o índice correto.

O reajustamento será precedido de requerimento formal da contratada, protocolado durante a vigência contratual e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão do direito, com observância à anualidade. O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pelo CONTRATANTE no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

A prorrogação do prazo de vigência contratual por culpa exclusiva da contratada não dará ensejo a reajustamento de preços incidente no período.

O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes.

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo

O reajuste será realizado por apostilamento.

DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) ou 50% (cinquenta por cento), conforme o caso, do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.333, de 2021.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aditamento em relação a itens cujos valores unitários não tenham sido contemplados neste contrato, os preços serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base do CONTRATANTE sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos nesta Cláusula.

Nas alterações contratuais para supressão de obras ou serviços, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo CONTRATANTE pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente

decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

SUBCONTRATAÇÃO

Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;

A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

A Contratante tratará exclusivamente com a Contratada para todos os assuntos relacionados à execução do contrato. O gerenciamento e supervisão de terceiros subcontratados, quando autorizados, será de responsabilidade integral da Contratada, sem qualquer vínculo ou obrigação para a Contratante.

A Contratada será responsável por assegurar a entrega dos produtos e serviços com qualidade e nos prazos estipulados, assumindo integral responsabilidade pelos resultados, independentemente da subcontratação de atividades de apoio ou meio.

DA FONTE DE RECURSO

Os recursos orçamentários para execução do objeto do presente Projeto Básico serão decorrentes da rubrica abaixo:

EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica, responsável pelos projetos e orçamento anexos a este Projeto Básico, consta apresentada abaixo.

Orçamento

Responsável Técnico: Augusto Lins e Silva Filho

CREA: pe051200

Cargo: Engenheiro Civil

Augusto Lins e Silva Filho

CREA: pe051200

Cargo: Engenheiro Civil